



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS - Valor inferior a R\$R\$ 59.906,02*

PROAD: 5115/2026.

1 - Item identificador da demanda e descrição do objeto no PAC - Plano Anual de Contratações.

Item Identificador da Demanda no PAC: 12017 - PAC CSG 2026 - Aquisição de togas

Item Identificador da Demanda no SIGEO: 151132024000002 - Aquisição de togas

2 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento

Unidade Demandante: Secretaria Geral da Previdência - SEGEP.

Secretaria de Apoio às Turmas.

Unidade Gestora de Orçamento: Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação

A presente aquisição está dividida em duas demandas desconexas entre si mais com os objetos semelhantes e cujos fornecedores serão os mesmos em razão da proximidade dos itens. A primeira trata-se de aquisição das mini togas, visa prover ao aluno de escolas pública, durante suas visitas ao Tribunal, em atividades que visam a simulação de operação do Tribunal Pleno, quando os alunos atuarão como se fossem Desembargadores, Esta ação visa auxiliar no processo de entendimento e aprendizado das operações da Justiça do Trabalho, mostrando a ação do Tribunal Pleno, sua atuação e a importância das decisões.

O Programa Inspirar se apresenta como iniciativa relevante de educação cidadã e prevenção, alinhada às políticas públicas e institucionais, auxiliando na



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

consientização da necessidade de combater o trabalho infantil . No Brasil, conforme dados do IBGE (2025), cerca de 1,65 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2024 (4,3% da população nessa faixa etária). Esse cenário evidencia que parte significativa de crianças e adolescentes exerce atividades que comprometem sua escolarização e desenvolvimento integral; o trabalho infantil está associado a contextos de vulnerabilidade social; há impactos negativos na formação educacional, no futuro profissional e na construção da cidadania.

Já a segunda demanda, consiste na aquisição de togas para Magistrados e Advogados, sendo originária da SEATUR. As solicitações das Magistradas e Magistrados foram efetuadas ao Sr. Diretor da Secretaria de Apoio às Turmas, que nos encaminhou a demanda, assim como cuidou da solicitação das medidas aos solicitantes. Quanto à solicitação das togas para Advogados, estas foram efetuadas pela própria SEATUR, visando substituir as togas antigas e desbotadas por novas togas, e tem como objetivo, atender aos Advogados quando presentes em seções.

A contratação abrangerá o fornecimento dos itens com a devida personalização, precedida de análise de propostas e seleção da opção mais vantajosa para a Administração.

4 - Descrição da Solução (Objeto)

Aquisição de togas e mini togas para uso nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Sendo a aquisição das togas, são destinadas a Magistrados e Advogados para uso em sessão, enquanto as mini togas serão destinadas para as atividades lúdicas do Programa Inspirar.

4.1 - Resumo do objeto:

Aquisição de Vestes Talares (togas e mini togas), sob medida, sendo as togas destinadas a Desembargadores, Juízes e Advogados, enquanto as mini togas, destinadas ao projeto inspirar.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Os materiais a serem adquiridos neste processo enquadram-se na categoria de bem comum, por possuírem padrões de desempenho e características gerais específicas usualmente encontradas no mercado.

4.2 - Especificação detalhada do objeto:

As togas seguem o modelo francês, universal e o que diferencia entre elas é o tipo de tecido. A toga de uso diário é confeccionada em tecido Oxford, bem como os pelerines. Após a conclusão da Compra Direta, o croqui com o modelo e as medidas de cada magistrado será enviado ao ateliê vencedor do certame.

LOTE ÚNICO.

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Qde.	Un.
1	Mini Toga tipo 01 (tamanho P) Medidas: Do Pescoço ao Pé: 1,20m Ombro a ombro: 0,35m Do ombro até a mão: 0,49m.	VESTE TALAR, tipo Mini-Toga infantil (tamanho P) , modelo Francês (universal) confeccionada em tecido Oxford, sem renda branca nos punhos, sobremanga até a altura dos cotovelos, comprimento aproximado de 17 cm acima dos tornozelos, cor do tecido preto e cordão preto com pingente da mesma cor, com as iniciais do magistrado bordadas na parte interna da gola. Confeccionado sob medida e com a prova final a ser realizada em Gabinete. Composição do Tecido: Oxford importado 100 % poliéster de primeira linha. Características: Amassa pouco, é fosco, tem bom caimento, é de fácil manuseio no dia a dia e precisa ser resistente a sucessivas lavagens. Este modelo de toga não possui velcro no ombro.	02	Pc
2	Mini Toga tipo 02 (tamanho M) Medidas: Do Pescoço ao Pé: 1,25m Ombro a ombro: 0,40m Do ombro até a mão: 0,50m.	VESTE TALAR, tipo Mini-Toga infantil (tamanho M) , modelo Francês (universal) confeccionada em tecido Oxford, sem renda branca nos punhos, sobremanga até a altura dos cotovelos, comprimento aproximado de 17 cm acima dos tornozelos,	06	Pc



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Qde.	Un.
		cor do tecido preto e cordão preto com pingente da mesma cor, com as iniciais do magistrado bordadas na parte interna da gola. Confeccionado sob medida e com a prova final a ser realizada em Gabinete. Composição do Tecido: Oxford importado 100 % poliéster de primeira linha. Características: Amassa pouco, é fosco, tem bom caimento, é de fácil manuseio no dia a dia e precisa ser resistente a sucessivas lavagens. Este modelo de toga não possui velcro no ombro.		
3	Mini Toga tipo 03 (tamanho G) Medidas: Do Pescoço ao Pé: 1,31m Ombro a ombro: 0,40m Do ombro até a mão: 0,52m.	VESTE TALAR, tipo Mini-Toga infantil (tamanho G) , modelo Francês (universal) confeccionada em tecido Oxford, sem renda branca nos punhos, sobremanga até a altura dos cotovelos, comprimento aproximado de 17 cm acima dos tornozelos, cor do tecido preto e cordão preto com pingente da mesma cor, com as iniciais do magistrado bordadas na parte interna da gola. Confeccionado sob medida e com a prova final a ser realizada em Gabinete. Composição do Tecido: Oxford importado 100 % poliéster de primeira linha. Características: Amassa pouco, é fosco, tem bom caimento, é de fácil manuseio no dia a dia e precisa ser resistente a sucessivas lavagens. Este modelo de toga não possui velcro no ombro.	02	Pç
04	TOGA de uso diário, modelo Francês (universal).	VESTE TALAR, tipo Toga , modelo Francês (universal) confeccionada em tecido Oxford, sem renda branca nos punhos, sobremanga até a altura dos cotovelos, comprimento aproximado de 17 cm acima dos tornozelos, cor do tecido preto e cordão preto com pingente da mesma cor, com as iniciais do magistrado bordadas na parte interna da gola. Confeccionado sob medida e com a	06	Pç



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Qde.	Un.
		prova final a ser realizada em Gabinete. Composição do Tecido: Oxford importado 100 % poliéster de primeira linha.. Características: Amassa pouco, é fosco, tem bom caimento, é de fácil manuseio no dia a dia e precisa ser resistente a sucessivas lavagens. Este modelo de toga não possui velcro no ombro.		

Observação 01.

O preço deve contemplar todos os custos necessários para entrega do objeto no Almoxarifado do Tribunal, salvo indicação de local diverso. Se houver divergência entre preço unitário e total, prevalecerá o resultado da multiplicação do preço unitário com duas casas decimais, pela quantidade.

4.2.2 - Parcelamento ou não da solução

Considerando as especificidades técnicas, visuais e estéticas das vestimentas a serem adquiridos, bem como a necessidade de manter um padrão de qualidade, durabilidade e identidade visual nos ambientes institucionais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, justifica-se a contratação por meio de um único fornecedor.

A adoção de múltiplos fornecedores poderia resultar na entrega de peças diferentes em suas composições o que virá a comprometer a harmonia entre as peças, deixando transparecer diferenças visíveis entre elas.

Outro aspecto relevante é a otimização da logística de entrega, controle de qualidade e fiscalização contratual. A centralização da aquisição em um único fornecedor facilita o acompanhamento técnico da execução contratual, reduz riscos de descumprimentos, e aumenta a eficiência na verificação de conformidade dos produtos entregues.

Assim, a contratação por fornecedor único está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e padronização administrativa, previstos na Lei nº 14.133/2021, não representando restrição indevida à competitividade, uma vez que a disputa ocorrerá em igualdade de condições entre os interessados, sendo vedada a divisão em lotes quando tal medida resultar em perda de escala, de padrão ou aumento de custos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

4.2.3 - Local, Prazo e Condições de Entrega.

- Local de Entrega: Almojarifado do Tribunal, localizado à Rua Santos Saraiva, 1309, fundos - Estreito – Florianópolis/SC - Horário: 13:00h às 18:00h - Telefone (48) 3321-1732.
- Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da Nota de Empenho.
- Condições de Entrega: As plantas e os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, embalados adequadamente para evitar danos durante o transporte.
- A contratada deverá organizar-se para entregar todos os itens de um única vez, devendo justificar, nos casos em que necessite entregar algum item em separado.

4.2.4 - Ciclo de Vida dos Produtos.

Estima-se que o ciclo de vida das togas pode variar conforme o tipo de material, a intensidade do uso e os cuidados de conservação. No entanto, para fins administrativos e orçamentários, considera-se o seguinte: A vida útil de uma toga costuma variar entre 3 a 5 anos, sendo este o intervalo mais comum considerado para togados (magistrados, membros do MP, advogados em uso frequente).

Os fatores que influenciam diretamente, são:

- Frequência de uso: uso diário reduz a durabilidade (mais próximo de 3 anos).
- Qualidade do tecido: tecidos mais robustos (lã fria, gabardine premium) tendem a durar mais.
- Lavagem e manutenção: lavagens frequentes ou inadequadas aceleram o desgaste.
- Condições de armazenamento: umidade, exposição ao sol e má ventilação prejudicam o tecido.
- Padrão de exigência estética: mesmo antes de “estragar”, a toga pode ser substituída por perda de aparência (desbotamento, brilho excessivo, deformação).

Portanto, a vida útil estimada da toga é de aproximadamente 3 (três) a 5 (cinco) anos, podendo variar em função da frequência de uso e das condições de conservação, sendo necessária sua substituição quando constatado desgaste que comprometa a apresentação e a padronização institucional.”



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

4.2.5 - Garantia e Assistência Técnica.

- Garantia: Mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação, incluindo reparo ou substituição sem custos adicionais para a Administração Pública.
- Assistência Técnica: Deverá estar disponível durante o período de garantia, com suporte para eventuais reparos ou substituições necessárias.

4.2.6 - Exigência de contrato.

Em consonância com o artigo 95 - I da Lei 14.133/2021, o instrumento de contrato pode ser substituído por outros documentos. Pela especificidade do objeto do presente Termo de Referência, e pelo seu prazo da execução, esta Equipe de Planejamento da Contratação entende pela formalização da execução do objeto por meio de Nota de Empenho.

Sugerimos que seja incluído um campo no corpo da Nota de Empenho contendo a seguinte redação: “O presente objeto deverá ser executado conforme as condições e especificações constantes na proposta e no Termo de Referência”.

4.2.7 - Normas Técnicas e Legislação Específica.

Não há normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) específicas para a confecção ou padronização de togas. Origem das regras para Togas, tipo: O uso e o design das togas, especialmente em contextos acadêmicos e jurídicos, não seguem normas de uma entidade nacional de padronização como a ABNT. Estas vestimentas são regidas por:

- Tradições institucionais: Cada universidade ou tribunal possui normas internacionais ou estatutos que definem o modelo, como núcleos e os acessórios das togas utilizadas em cerimônias de colação de grau ou atos solenes.
- Protocolo e Heráldica: O design é historicamente baseado nas tradições, mantendo elementos simbólicos de hierarquia e formalidade que variam conforme o curso ou a carga exercida.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

4.2.8 - Justificativa para o Agrupamento por Lote.

A opção pelo agrupamento por lote nesta licitação fundamenta-se na necessidade de garantir a uniformidade do padrão de qualidade, acabamento, tonalidade e demais características técnicas do objeto. Trata-se de bens de natureza comum e finalidade semelhante, exigindo padronização que seria comprometida caso a contratação fosse realizada de forma fracionada entre diferentes fornecedores ou fabricantes.

Adicionalmente, a adoção do agrupamento por lote busca fomentar a competitividade, uma vez que concentra a demanda em um quantitativo atrativo, ampliando a viabilidade de participação de fornecedores habilitados. Considerando o número relativamente reduzido de unidades e a homogeneidade do objeto, o fracionamento poderia, inclusive, desestimular a participação de licitantes, comprometendo a ampla concorrência. Dessa forma, a contratação por lote apresenta-se como a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e da isonomia, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis

4.2.9 - Justificativa para escolha das marcas.

Não há uma escolha específica por marca das togas, uma vez que as mesas serão confeccionadas sob medida para os usuários, seguindo modelo já em uso no Tribunal do Trabalho da 12ª Região. Portanto os modelos e os tecidos com os quais elas serão confeccionadas, seguem um padrão em uso considerando os critérios de padronização, desempenho técnico, conforto, durabilidade, segurança e compatibilidade com as demais togas já em uso. Tal padronização é essencial não apenas para manter a identidade visual institucional, mas também para permitir a substituição pontual de peças sem necessidade de substituição total, o que representa significativa economicidade e eficiência administrativa.

Outro ponto relevante para a escolha dos modelos e do tecido, refere-se à durabilidade comprovada pelas togas já em uso o que representa menor custo com manutenção e reposição ao longo do tempo, pois estes modelos possuem demonstrada resistência à deformação e ao desbotamento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

5 - Sustentabilidade

Indicação dos critérios de sustentabilidade adotados:

Assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção dos materiais, deve ser dada preferência à aquisição de matéria prima constituídas, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

A gestão sustentável do ciclo de vida das togas deverá minimizar o impacto ambiental. Desde a escolha de matérias-primas até o descarte final, todas as etapas devem ser conduzidas com responsabilidade ambiental, promovendo a reciclagem e a reutilização de materiais sempre que possível. As práticas de sustentabilidade são de responsabilidade da Contratada, emprego na produção de materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como: segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

Em cumprimento à Resolução 310/2021 do CSJT - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e ao Plano de Logística Sustentável do TRT12, bem como atendendo às orientações dispostas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, a empresa fornecedora deverá atender às seguintes determinações:

5.1 - Segurança do Trabalho.

- 5.1.1. Atender às Normas Regulamentares expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;
- 5.1.2. Correrá por conta exclusiva da contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho durante a produção, aquisição e entrega dos produtos aqui especificados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao produto, ainda que ocorridos fora do local de trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

5.2. Gestão de Resíduos

A Contratada deverá:

- 5.2.1. Responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação.
- 5.2.2. Atentar para as práticas de sustentabilidade na produção, aquisição e distribuição dos produtos aqui especificados, nos termos do art. 6º do Capítulo III da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 5.2.4. São proibidas, à Contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da contratação:
 - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
 - lançamento in natura a céu aberto;
 - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
 - outras formas vedadas pelo poder público.

5.3. Mão de obra.

- 5.3.1. Atender aos dispositivos do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (2021), referentes à aquisição de produtos aqui especificados, no que tange à inclusão social, combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, saúde e segurança do trabalho sustentabilidade;
- 5.3.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.
- 5.3.3. Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

5.4. Materiais

- 5.4.1. Adotar critérios de sustentabilidade, tais como rastreabilidade e origem dos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

insumos, em especial o de origem de madeira, bem como atentar-se para consumo racional de água.

5.4.2. Não utilizar, na produção dos produtos aqui especificados, insumos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera

6 – Obrigações das partes

6.1 - Obrigações gerais da contratada:

- 6.1.1. Proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados e juntada dos documentos fiscais no referido sistema;
- 6.1.2. Observar e cumprir, estritamente, os termos do termo de referência, obedecendo a critérios e prazos acordados;
- 6.1.3. Manter atualizadas as condições de habilitação até a liquidação e pagamento;
- 6.1.4. Responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) para a liquidação e pagamento;
- 6.1.5. Manter em dia a documentação até a liquidação e pagamento da nota fiscal;
- 6.1.6. Se for optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da contratação;
- 6.1.7. Informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;
- 6.1.8. Responsabilizar-se por todo o ônus, como transporte, embalagem, integridade dos materiais, etc referente e a entrega dos produtos no Almoxarifado do Tribunal;
- 6.1.8. Responsabilizar-se pela troca de produtos devido a incompatibilidades com as especificações que constam no Termo de Referência, assim como por problemas de qualidade, defeitos de fabricação ou danos ocasionados no



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

carregamento e/ou no transporte, responsabilizando-se inclusive por eventuais ônus gerados para a troca, tais como fretes e outras despesas;

6.1.9. Obedecer, quando couber, às normas do Código de Ética do Contratante. Acesso via link

http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Resolucao_adm_006_2016.pdf;

6.1.10. Obedecer, no que couber, aos termos da Portaria Presi nº 340/2022, que regulamenta o procedimento para apuração de responsabilidade e eventual adoção de medidas decorrentes da violação de regras pertinentes aos processos de contratação ou descumprimento de obrigações contratuais.

Acesso no link: http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf;

6.1.11. Dar ciência ao TRT12/SC, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na entrega dos produtos.

6.1.12. Observar e cumprir, estritamente, os termos deste Termo de Referência, obedecendo a critérios e prazos acordados;

6.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Acesso no link: http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf

6.2. Obrigações específicas da Contratada.

6.2.1. Executar objeto conforme especificações deste Termo de Referência, de seu anexo e da proposta, com a alocação dos empregados suficientes e necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratual, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários na quantidade e qualidade mínimas necessárias para a perfeita execução do objeto;

6.2.2. Dar sempre como conferidos e perfeitos os produtos entregues, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos pelo Contratante responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar ao TRT12 ou a terceiros de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o objeto executado fora dos termos da especificação técnica.

6.2.3. Obter junto aos órgãos competentes, quando for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

6.2.4. Observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências técnicas constantes deste Termo de Referência;

- 6.2.5. O prazo para substituir materiais não conformes com as especificações do projeto é de 5 dias úteis, contados da notificação;
- 6.2.6. Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material entregue, caso se verifiquem incompatibilidades com as especificações que constam no Termo de Referência, assim como por problemas de qualidade, defeitos de fabricação ou danos ocasionados no carregamento e/ou no transporte, responsabilizando-se inclusive por eventuais ônus gerados para a troca, tais como fretes e outras despesas.
- 6.2.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado e atender a todas as convocações realizadas pelo TRT12.

Observação 2.

A ausência de previsão de qualquer procedimento neste documento técnico, relativo à correta e completa execução do objeto e que seja necessário, não exime a contratada da responsabilidade de executá-los, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os danos que possam advir dessa omissão, devendo sempre comunicar à fiscalização as ocorrências desta natureza.

6.3. Obrigações da Contratada quanto à sustentabilidade.

6.3.1 Atender a todas as condições descritas no item 5 deste Termo de Referência.

6.4. Obrigações da Contratada em face da LGPD.

6.4.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão da presente contratação, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

disposto nas alíneas subsequentes;

- 6.4.2. Dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força desta contratação tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- 6.4.3. Não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- 6.4.4. Não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- 6.4.5. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;
- 6.4.6. Responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;
- 6.4.7. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base na contratação imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;
- 6.4.8. Nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

6.4 - Obrigações do contratante (Tribunal):

- 6.4.1 - Efetuar o pagamento na forma convencionada, após a entrega e mediante a apresentação da Nota Fiscal de Venda e do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente atestados pela gestão/fiscalização da aquisição.
- 6.4.2 - Fiscalizar a execução do Contrato quanto ao andamento, a qualidade, quantidade e procedimentos de entrega;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

6.4.3 - Solicitar da Contratada a substituição de peças ou partes ou, se for o caso, do bem em sua integralidade considerado impróprio (qualidade inferior), defeituoso ou em desacordo com as condições da contratação, proposta da empresa e do Termo de Referência;

6.4. - Prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada, que forem necessários à execução do mesmo.

Observação 3:

Nos termos do inciso I, do art. 95 da Lei 14.133/2021, o termo de contrato não é obrigatório para o presente caso, e esta Equipe de Planejamento entende pela sua desnecessidade.

7 – Forma da contratação e Critério de seleção do fornecedor

7.1 - Indicação da forma de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021:

Tendo em vista o valor, a aquisição pretendida inclui-se na modalidade de “Compra Direta”, sendo dispensado o procedimento licitatório, conforme o que dispõe o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. *valor atualizado R\$ 65.492,11.*

A contratação é exclusiva para ME e EPP, pois o valor fica abaixo de R\$ 80.000,00 (“As contratações devem ser exclusivas para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, por força da LC 123/2006”).

Será adjudicado o fornecedor que:

- a) Apresentar orçamento com o **MENOR PREÇO GLOBAL**, que atendam às especificações do objeto deste Termo de Referência;
- b) Apresentar regularidade fiscal e trabalhista, mediante:
 - Certidão Negativa do FGTS;
 - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Ativa da União;

- o Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

c) Não está proibido de licitar ou contratar com a União.

Observação 4:

Ficam dispensadas a prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual e a prova de regularidade para com a Fazenda Municipal com bases no art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021, tendo em vista se tratar de contratação para entrega imediata.

7.2 - Não Utilização do SDE.

A Equipe de Planejamento da Contratação recomenda que a presente contratação NÃO seja conduzida pelo SDE - Sistema de Dispensa Eletrônica, em virtude da particularidade da especificação do objeto da contratação, na medida em que o item, embora seja de natureza comum, trata-se de serviço sob demanda, não tendo, portanto, medidas padronizadas. Em virtude do nível de personalização do objeto - não necessariamente complexidade -, há dificuldades, inclusive, em realizar a pesquisa de preços pelos meios convencionais, como podemos observar somente uma empresa localizada na região, produz os itens de acordo com as especificações e características exigidas pelo Tribunal.

Portanto, motivada pela natureza específica do objeto, que requer um padrão uniforme de qualidade e fabricação, diferentemente de serviços e materiais padronizados, cujas especificações são definidas e adequadas para a aquisição pelo SDE, sugere-se que a contratação do presente objeto seja realizada fora do SDE.

Ademais, desse modo busca-se otimizar a gestão do contrato, garantindo vantajosidade para a Administração Pública, facilitando a comunicação e interação entre o Tribunal e o contratado, o que pode contribuir significativamente para a gestão da demanda.

Além disso, foi dada preferência à contratação de empresas de pequeno porte regionais, conforme artigo 47 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Em resumo, a decisão de não utilizar o Sistema de Dispensa Eletrônica é justificada pela natureza altamente específica do produto, pela necessidade de comunicação direta e eficiente com os fornecedores, pela disponibilidade de empresas qualificadas no mercado e pela manutenção da competitividade de preços. Esses fatores, quando combinados, respaldam a decisão de dispensar o uso do SDE para essa contratação.

7.3 - Indicação do critério de julgamento dos orçamentos:

"Será considerada vencedora, a proposta que apresentar o menor valor global do lote, desde que o material ofertado atenda às especificações exigidas".

7.3.1 - Critérios Técnicos:

- 1- Não é necessária qualificação específica das empresas proponentes para o fornecimento dos itens desta contratação.
- 2 - Será verificada pela SECOD no Portal da Transparência do Governo Federal, no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), a existência de sanções administrativas que impeçam o licitante de contratar com a administração pública.

7.4 - Preenchimento do modelo de orçamento para a coleta de preços.

Foi utilizado o modelo de orçamento constante da página da SECAD, cujas cópias recebidas em retorno dos potenciais fornecedores, encontram-se juntadas neste expediente de solicitação de aquisição.

7.5 – Análise dos orçamentos.

Os orçamentos serão apreciados sob o critério do MENOR PREÇO GLOBAL dos itens. cujo documento “Estimativa Preliminares dos Preços”, contendo toda a análise



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

dos orçamentos apresentados pelas empresas interessadas no certame, encontra-se anexado ao presente expediente.

A pesquisa de preço foi efetuada com uma empresa especializada do ramo, instalada na Região da Grande Florianópolis, e que produziu todas as togas em uso no TRT12.

Para conseguirmos o orçamento, fomos até a empresa e explicamos cada item que necessitamos e como deverão ser produzidas, além de deixarmos as medidas para a confecção. A empresa nos respondeu positivamente, e tem condições de nos atender como sempre fez, produzindo as togas de acordo com as especificações exigidas. Abaixo listamos as empresas e os respectivos valores para o lote único.

7.5.1 - Pesquisa de mercado junto a empresas

Empresa	Marcador	Valor Total
Atelier Dorris Rina Konih Thiele	15	R\$5.632,00

Considerando os preços coletados demonstrados na tabela acima, a empresa Atelier Dorris Rina Konih Thiele, ofertou o preço GLOBAL para esta contratação, dentro dos padrões de mercado, no valor total de **R\$ 5.632,00** (cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais). A empresa apresenta técnica para nos atender de acordo com os padrões e especificações contidas neste Termo de Referência e exigidas pelo Tribunal.

7.5.2 - Pesquisa de preços públicos no site Banco de Preços.

Visando comparar os preços propostos, com os valores praticados pelo mercado, efetuamos também pesquisa junto ao site “Banco de Preços”, onde obtivemos mais 05 (cinco) processos e estudos de aquisição de togas, com valores de aquisição expressos, conforme abaixo listados, e devidamente anexados no expediente de aquisição.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

7.5.2.1 - Pesquisa: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Carta-Contrato 254/2025 - PROAD 5183/2025, Empenho 1015.

Item	Descrição	Qde	Unid	Vlr Unit.	Vlr total
02	Togas de Sessão para Desembargador	02	Un	R\$ 448,00	R\$ 896,00

7.5.2.2 - Pesquisa: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Autorização de CD 20/2026 - Processo 206/2026 - Empenho 400232.

Item	Descrição	Qde	Unid	Vlr Unit.	Vlr total
01	Toga Institucional para Desembargadores	10	Un	R\$679,00	R\$6.790,00

7.5.2.3 - Pesquisa: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - Ata de RP 2025/86 - Validade: 16/03/2027.

Item	Descrição	Qde	Unid	Vlr Unit.	Vlr total
01	Toga Institucional para Oficial de Justiça.	100	Un	R\$398,00	R\$39.800,00

7.5.2.4 - Pesquisa: Mapa de Preços, elaborado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em 07/02/2025. para o processo Nº 1007482.

Entidade	Origem da Consulta	Produto	Vlr Unit.
TJAC	Instituição Pública	Togas de uso diário	R\$ 1.500,00
TST	Instituição Pública	Togas de uso diário	R\$ 1.450,00
TSE	Instituição Pública	Togas de uso diário	R\$ 1.350,00
SERICOL	Instituição Privada	Togas de uso diário	R\$ 1.390,00

7.5.2.5 - Pesquisa: Mapa de Preços junto a fornecedores, elaborado pelo Tribunal de Justiça da Bahia, para a compra de togas.

Empresa	Produto	Vlr Unit.
ASOSEG IND. E COM. DE CONF. E EPI's EIRELI	Togas de uso diário	R\$ 680,00
LIMA DIAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA- EPP	Togas de uso diário	Não cotou



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

CB FERNANDES - ME	Togas de uso diário	Não cotou
PORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI.	Togas de uso diário	R\$ 800,00
UZE BRINDES E UNIFORMES LTDA	Togas de uso diário	R\$ 898,00
MEDIA		

7.5.3 - Conclusão sobre os preços.:

Após pesquisa, constata-se que o resultado da coleta e análise de orçamentos, a proposta selecionada foi da empresa: Atelier Dorris Rina Koning Thieçe, inscrita no CNPJ 85.277.390/0001-02, que ofertou, o menor valor, em um total de R\$5.632,00 (cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), assim como atende às especificações do objeto deste Termo de Referência.

Com base na observação dos preços públicos pesquisados, pode-se considerar que o valores apresentado pela empresa Atelier Dorris Rina Konih Thiele, está dentro dos valores praticados pelo mercado, pois observa-se que os preços públicos pesquisados, mesmo que não muito distantes, estão em patamares superiores ao apresentado pela proponente.

8 – Recursos orçamentários

Os recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes desta contratação e a demanda estão previstos no orçamento da Unidade Gestora.

Unidade Gestora de Orçamento: Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Tipo de procedimento: Compra Direta

Dispositivo Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0042 - 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Natureza da Despesa: 3390.30 - Material De Consumo

Subelemento da Despesa: 23- Uniformes, Tecidos e Aviamentos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

9 - Informações complementares

Indicação do responsável por prestar esclarecimentos e seu contato:

Nome: Rosangela Dias Martins.

Email: zeladoria@trt12.jus.br

Telefone: (48) 3216-4070 .

Nome: Altair de Lima

Email: csg@trt12.jus.br

Telefone: (48) 3216-4051

10 - Providências para adequação do Tribunal

Da aquisição pretendida neste Termo de Referência, não há necessidade de intervenções na infraestrutura dos locais para uso dos itens aqui solicitados à aquisição.

11 - Contratações correlatas ou interdependentes.

Paralelamente a essa aquisição, no que se refere especificamente as mini togas, farão parte do Programa “Inspirar”, o fornecimento de coffee Break, cuja nova contratação tramita no PROAD 758/2026, e o fornecimento de ecobags e camisetas que está sendo tratada pela equipe da CMLOG. Ressalta-se, no entanto, que o presente processo tramita em separado em razão dos padrões e especificações contidas neste Termo de Referência e exigidas pelo Tribunal.

Quantos às togas para Magistrados e Advogados, não há no âmbito deste Tribunal contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto.

12 – Análise de Riscos

O Documento “Mapa de Risco” foi elaborado e encontra-se juntado a este expediente de compra, no levantamento de risco para essa aquisição, só foram



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

identificados riscos baixos e médios. De acordo com a política adotada pelo Tribunal, ficou estabelecido que riscos baixos e médios podem ser aceitos e não tratados.

Assim sendo, considerando que no Mapa de Riscos da presente contratação foram identificados riscos baixos e médios, todos foram aceitos pela equipe de planejamento da contratação, sem que houvesse, portanto, necessidade de tratamento.

13 – Gestão e Fiscalização

Durante a execução do objeto contratado, caberá ao Contratante, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições do presente Termo de Referência e de seu anexo. A gestão e fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da entrega dos produtos de forma à assegurar que os itens entregues, estão em conformidade com as especificações contidas neste termo de referência.

A fiscalização exercida pelo Contratante, ou eventual omissão, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade da entrega a que se obrigou.

As atividades de fiscalização e acompanhamento da execução da contratação serão exercidas conjuntamente pelo(a) gestor(a) e pelos fiscais da contratação.

Notadamente em relação aos fiscais, cabe a eles inteirar-se dos termos do ajuste, gerenciar o cumprimento da qualidade dos produtos entregues e atentar para os prazos de execução. Os fiscais devem promover as ações necessárias para regularização das faltas ou defeitos observados no recebimento dos produtos, com objetivo de que ocorra nos termos acordados.

Eventuais decisões e providências que ultrapassem suas competências deverão ser solicitadas ao(à) gestor(a) em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.1 - Atribuições dos membros da equipe de fiscalização:

13.1.1. Atribuições do fiscal administrativo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Efetuar os seguintes exames, que deverão estar anotados no Atestado de Conformidade para pagamento da Nota Fiscal.

- Comprovante de regularidade fiscal, via consulta online ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS.
- Verificar se as condições de pagamento foram obedecidas e o valor cobrado corresponde àquilo que foi adjudicado.

13.1.2. Atribuições do fiscal técnico.

1. Realizar o Termo de Recebimento Provisório.
2. Informar o(a) gestor(a) sobre eventuais descumprimentos da Contratada na execução do objeto.
3. Verificar os resultados alcançados em relação ao ajustado, com a verificação do prazo de entrega do objeto.
4. Verificar se o objeto fora entregue dentro das especificações exigidas, solicitando a regularização caso não o tenha sido.
5. Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do ajuste.

13.1.3. Atribuições Demandante.

1. Acompanhar a execução do contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto;
2. Avaliar o produto entregue, juntamente com o Fiscal Técnico para dar o recebimento definitivo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

14 – Recebimento do objeto

O objeto deverá ser entregue no almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, situado na Rua Santos Saraiva, 1.309, fundos, Estreito, Florianópolis/SC, CEP: 88.070-010, sem custos adicionais ao Tribunal, no horário das 13:00h às 18:00h.

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente TR:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal

Observação 6.

As listas seguem as orientações constantes da Portaria Presi 337/2022.

15 – Condições de pagamento.

a) A liquidação e o pagamento obedecerão ao seguinte:

- I - Não haverá pagamento se os produtos não forem entregues de acordo com as especificações estabelecidas neste termo de referência, estando ainda a empresa contratada sujeita às penalidades previstas no item 16 - Penalidades.
- II - O pagamento será efetuado mediante a aprovação dos produtos entregues pelo fiscal técnico e após a emissão do termo de recebimento definitivo.
- III - Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.

b) Para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas).

c) É de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidades pela falta de juntada ao sistema no prazo.

d) Eventuais dúvidas, relativas ao pagamento e ao SIGEO, poderão ser dirimidas junto à



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.

- e) As notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no Termo de Referência deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD.
- f) O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência.
- g) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- h) Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade ao fornecedor, interrompendo-se o prazo para pagamento até que este providencie as medidas saneadoras.
- i) Cabe à Contratada proceder ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados.

16 - Indicação das condições para o recebimento do objeto:

Os materiais serão recebidos:

- a) **Provisoriamente**, para que seja feita a verificação da conformidade dos mesmos com as especificações consignadas na nota de empenho e no Termos de Referência;
- b) **Definitivamente**, após a conferência de que trata o item anterior e consequente aceitação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente TR:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal

17 – Penalidades.

Sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

17.1. Penalidades pela inexecução total ou parcial do ajuste.

1. Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual.
2. Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total da contratação.
3. Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total da contratação.

17.2. Penalidades pela não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista.

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

17.3. Penalidades pelo descumprimento das diretrizes da LGPD.

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados incidirá nas seguintes penalidades, nos termos do § 3º, art. 156, da Lei 14.133/2021:

- a. Até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da contratação, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- b. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal da contratação, na hipótese do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

Observação 5:

As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro. Estas penalidades não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

18 - Declaração da viabilidade ou não da contratação.

Baseando-se nas análises e justificativas realizadas previamente verificamos que a solução indicada atenderá plenamente as necessidades do TRT12 e consignando a existência de orçamento disponível para a contratação, esta Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta aquisição.

19 - Equipe do Planejamento da Contratação.

Integrante Demandante

Nome: Clemair Missio

Matrícula: 2858

Lotação: Secretaria Geral da Presidência - SEGEP

Cargo: Auxiliar Judiciário

Nome da Função: Assessor CJ-02

E-mail: clemair.missio@trt12.jus.br

Ramal: 4191

Integrante demandante substituto:

Nome: Cristina Bolzani

Matrícula: 1971

Lotação: Secretaria Geral da Presidência - SEGEP

Cargo: Analista Judiciário

Nome da Função: Assessor CJ-02.

E-mail: cristina.bolzani@trt12.jus.br

Ramal: 4191



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Integrante técnico titular:

Nome: Altair de Lima
Matrícula: 2613
Lotação: Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG
Cargo: Técnico Judiciário
Nome da Função: Coordenador CJ-02.
E-mail: altair.lima@trt12.jus.br
Ramal: 4051

Integrante técnico substituto:

Nome: Rosângela Dias Martins
Matrícula: 942
Lotação: Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG
Cargo: Técnico Judiciário
Nome da Função: Chefe de Seção - FC05
E-mail: rosangela.martins@trt12.jus.br
Ramal: 4070

Integrante Administrativo titular:

Nome: Erasmo Duque Valle
Matrícula: 4307
Lotação: CLC
Cargo: Técnico Judiciário
E-mail: eramos.valle@trt12.jus.br
Ramal 4136

Integrante Administrativo substituto:

Nome: Maurício Luiz Moresco
Matrícula: 7384
Lotação: CLC
Cargo: Técnico Judiciário
E-mail: mauricio.moresco@trt12.jus.br
Ramal 4008

Data: Florianópolis, 06 de maio de 2026.